

## EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ALIMENTAR E POLÍTICA AGRÍCOLA: O PARANÁ, UM ESTUDO DE CASO.

Tania Navarro Swain (\*)

A fome está se alastrando pelo mundo, numa conjugação de fatores, de ordem natural ou política, dentre as quais destaca-se a ação dos governos na orientação e planejamento da produção alimentar. Organismos de cooperação e desenvolvimento dos países ricos têm-se voltado para as estratégias de sobrevivência dos camponeses do terceiro mundo, através de reuniões e colóquios de especialistas, visando orientar as políticas de desenvolvimento, para uma adequação dos investimentos às necessidades reais de cada país.<sup>(1)</sup>

As observações feitas nas mais diversas regiões, localizadas na África, Ásia ou América Latina, constata profundas modificações no esquema de produção alimentar e utilização das terras das pequenas propriedades: subordinadas à ótica que enfatiza as exportações agrícolas, num quadro de economias frágeis ou monoprodutoras, ávidas de divisas, as propriedades camponesas se esfacelam ou procuram integrar-se ao padrão de produção exigido para concessão de créditos e incentivos.<sup>(2)</sup> Mesmo em países onde ensaios de reforma agrária foram realizados, na tentativa de dirimir a injusta distribuição de terras, a própria inserção do país e sua economia num contexto mundial capitalista dificultou as possibilidades de desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado interno.<sup>(3)</sup>

No Brasil, desde os anos 60, ocorre uma profunda transformação do setor agrícola, pois o afã de adequar e equacionar a produção de café às reais necessidades do mercado externo levou à expansão imoderada das plantações destinadas às exportações, com sérias repercussões para a pro-

---

(\*) Doutora, pela Université de Paris III, Sorbonne.

Do Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília.

- (1) Além da FAO, UNICEF, OMS, BIT, OCDE etc., temos atualmente o desenvolvimento das O.N.G. (Organizações Não Governamentais) como Terre des Hommes, A.I.C. (Action Internationale contre la Faim), Réseau Stratégies Alimentaires/Stratégies Paysannes e outros, que estudam o problema da fome e vêm em auxílio às populações atingidas.
- (2) Ver, a este respeito, as comunicações do Séminaire International sobre "La place des femmes dans l'autosuffisance et les stratégies alimentaires", realizado em Paris, de 14 a 19-1-85, sob os auspícios do Institut Français de Recherche pour le Développement (ORSTOM) e do C.I.E. — Centre International de l'Enfance. No prelo.
- (3) Ver, por exemplo, o caso do Peru, em J. Piel, Problèmes e conflits agraires ou Perou: la situation en 1975, *Problèmes d'Amérique Latine*, XXXVI, Paris 1975.



dução alimentar abastecedora do mercado interno. Não se trata de um esquema simplista de substituição de produção, como veremos adiante, mas de uma política intencional de implantação de culturas, com o objetivo precípuo de conquistar as oportunidades eventuais e as brechas do mercado internacional, através do oferecimento de um leque de produtos muito mais amplo e flexível.

Estas diretivas são válidas, na medida em que preservam o esquema da produção alimentar orientada para a população nativa; seu corolário, porém, tem sido a acentuação do fator capital no processo produtivo, criando agriculturas mecanizadas, cuja adequação é discutível em países com “excedente” de mão-de-obra. O desequilíbrio na relação capital/trabalho em função da disponibilidade de mão-de-obra representa um pesado custo social, na medida em que a mecanização da agricultura significa a menor utilização da força de trabalho, gerando o esfacelamento das pequenas propriedades, movimentos migratórios importantes, em direção a regiões desprovidas de infra-estrutura e fazendo surgir a figura do proletário rural. O abastecimento das cidades torna-se comprometido na medida em que a pequena unidade produtora de alimentos desloca-se para terras longínquas, face à concorrência do capital, repassando-se o custo da criação da infra-estrutura de comércio e produção em zonas de fronteira agrícola para o consumidor final.

Este tipo de planejamento funcionalista aplicou-se no Brasil sobretudo a partir da metade dos anos 60, acentuando-se na década seguinte; nos anos 70, suas conseqüências tornam-se mais claras, com o surgimento de crises de abastecimento interno, que obrigaram o governo a importar alimentos, dos quais o país era tradicionalmente um dos maiores produtores.<sup>(4)</sup>

O caso do Brasil não é isolado; no México, por exemplo, onde a Reforma Agrária foi implantada institucionalmente desde 1917 e a “revolução verde” foi induzida pela aquisição de “pacotes tecnológicos” aos Estados Unidos, as importações alimentares, somente entre 1976 e 1981, aumentaram de 592%.<sup>(5)</sup> No caso brasileiro, este aumento foi de 196% e a compra de produtos agro-alimentares no mercado internacional passou de 8,2 a 9,1% do total das importações, no mesmo período.

Vemos, no Brasil, tomando certos produtos essenciais, uma nítida regressão na proporção kg/habitante/ano, entre 1975 e 1983: por exemplo, quanto ao arroz, a disponibilidade baixou de 74 para 60,3 kg/habitante/ano; no caso do feijão, esta relação decresceu de 21,7 para 12,4 kg/habi-

(4) Fundação Getúlio Vargas. Feijão, comportamento da oferta, *Conjuntura Econômica*, vol. 28, n.º 6, junho 1974, pp. 101-104.

(5) Para mais detalhes, ver E. Feder, La nueva penetración en la agricultura de los países subdesarrollados por los países industriales, *El trimestre Económico*, vol. XXII, 1976, pp. 57-86.



tante/ano; no que diz respeito ao milho e à mandioca, a queda foi de 155,4 para 145,9 e 248,4 para 171,7 kg/hab./ano, respectivamente. Em relação ao trigo, em grande parte importado, a disponibilidade cresceu de 38,9 para 45,8 kg/hab./ano e quanto à soja, produto que toma a frente das exportações, o aumento foi de 94,1 para 113,4 kg/hab./ano, apesar de sua participação no regime alimentar brasileiro ser muito reduzida. Em 1975, 67% da população brasileira não atingia o mínimo necessário de 2.240 calorias por dia.<sup>(6)</sup>

O planejamento da agricultura desvinculado das realidades nacionais tem suas conseqüências internas aprofundadas pelas próprias condições de produção de cada país. Na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, onde a estrutura agrária revela um alto grau de concentração e rigidez, encontramos ainda, atualmente, uma população rural bastante significativa, em termos relativos e absolutos. A força de trabalho, entretanto, já marginalizada quanto à posse da terra e à participação da economia de mercado, vê-se preterida no processo produtivo pela política adotada pelos diferentes governos que se sucederam a partir de 1964, dando ênfase à utilização de uma tecnologia dificilmente compatível com a disponibilidade natural dos fatores produtivos na agricultura.<sup>(7)</sup>

No Brasil contemporâneo encontramos um caso típico de manipulação direta e indireta do processo produtivo, em função da otimização e incremento das exportações, utilizando para isso incentivos, bonificações, isenções fiscais, preços de garantia etc. Os meios não faltam à máquina governamental para que as mudanças ou o incremento de certas culturas sejam conseguidos.

Desde meados do século XIX, dependente em cerca de 50% da produção e venda do café como principal fonte de divisas, o Brasil consegue, entretanto, aumentar sua produção alimentar: em 1940, o trigo era praticamente o único produto agro-alimentar importado. Aos poucos, porém, e principalmente devido às preocupações industrializantes, a agricultura passa para um plano secundário, considerada apenas como fonte de recursos para o crescimento do setor secundário. Temos, assim, e de modo acentuado, nos anos 60, uma política agrícola totalmente voltada para a adequação da produção à demanda conjuntural externa, abandonando-se deste modo a dimensão globalizante e cautelosa de se assegurar o abastecimento interno. Esta perspectiva de curto prazo, utilizada na orientação governamental do país, vai se refletir de maneira diversa sobre as regiões e Estados brasileiros, segundo suas atividades principais e o grau de sua participação na economia de exportação.

---

(6) FAO-Production Yearbook, 1982, in: *Amérique Latine*, n.º 19, Paris, 1984, p. 35 e *Folha de São Paulo*, de 22-12-84, p. 36, colunas A, B, C, D.

(7) Ver J. Chonchol, *L'Agriculture et le problème de l'emploi en Amérique Latine, Problèmes d'Amérique Latine*, LI, Paris, 22 Juin, 1979, pp. 131-146.



O estudo da economia do Paraná oferece-nos um quadro privilegiado de observação, tendo em vista sua condição de maior produtor de café do Brasil nos anos 60, a par de uma importante produção de alimentos, sendo considerado nesta época o celeiro do Brasil. Neste Estado, a resposta às intervenções indiretas e ao dirigismo do governo teve uma grande amplitude, tanto no que diz respeito à tecnificação da agricultura, quanto no que se refere às modificações da estrutura de produção.

Tentaremos avaliar as modificações ocorridas na agricultura paranaense, principalmente no que diz respeito àquelas ocorridas na utilização da mão-de-obra, estreitamente imbricadas às transformações da produção agrícola propriamente dita. Veremos igualmente os reflexos desta evolução na própria estrutura fundiária do Estado, caracterizada pela importante representatividade de pequenas unidades de produção.

### *Antecedentes históricos.*

O Paraná é um dos três Estados que formam a região Sul brasileira, tendo sido, até 1853, data em que houve o desmembramento, Comarca de São Paulo.<sup>(8)</sup>

Território lentamente ocupado durante a colonização portuguesa, a partir da segunda metade do século XIX, o Paraná foi palco de uma intensa movimentação de imigrantes, chegados de diversas partes do mundo, sob a égide do governo provincial, com a finalidade específica de integração à vida agrícola para produção de alimentos em pequenos estabelecimentos. Para tanto, foram concedidas a estes novos colonos, pequenas áreas periféricas às cidades, formando-se assim, “cinturões verdes” de abastecimento, que até esta época realizava-se através de importações oriundas de São Paulo. Durante um século de imigração, (1829 a 1911) mais de cem colônias foram fundadas, perfazendo um total estimado em 100 mil colonos.<sup>(9)</sup> A dispersão e o povoamento da região foram, entretanto, lentos: se, em meados do século XIX, a densidade demográfica era de 1,7 hab./km<sup>2</sup>, em 1940 era de apenas 6,21 hab./km<sup>2</sup>. A partir desta época a relação entre os fatores de produção — força de trabalho e terra — vai mudar com o aparecimento de importante fluxo migratório, vindo do eixo São Paulo-Minas e do Nordeste que vai dobrar os efetivos populacionais cada dez anos, até 1960, canalizado pela expansão da economia cafeeira.

No que diz respeito à economia da região, o Paraná integra-se ao incipiente mercado interno, em formação no Brasil, com a descoberta do ouro

---

(8) Balhana et al. *História do Paraná*, Curitiba, 1969.

(9) *Idem*, pp. 183 e 184.



nas Gerais no século XVIII, fornecendo e comercializando tropas de muares. Esta atividade econômica revelou-se dominante durante um século, mas já no início do século XIX sua supremacia é contestada pela exploração do mate, produção que se torna rapidamente o eixo da economia e da renda da região, fator de expansão demográfica, de criação de cidades e de riqueza.<sup>(10)</sup> Assim, a produção de subsistência, que havia caracterizado a economia no século XVII e uma parte do século XVIII é, aos poucos, abandonada em favor de atividades voltadas para o mercado externo e já no início do século XIX, as importações deviam responder às necessidades alimentares. Destarte, o governo da região apressou-se a criar programas de atração de imigrantes, incentivado pela política imperial e consciente das dificuldades engendradas por uma atividade econômica excessivamente especializada. A predominância do mate vai, entretanto, permanecer até 1930 na economia paranaense, apesar de coexistir com outra atividade de extração: a madeira. A partir de 1940 novas correntes migratórias e o despontar do café, promissora produção nas ricas terras paranaenses, vão iniciar um processo acelerado de povoamento e ocupação agrícola das terras, que se esgotará em vinte anos.

Outro aspecto relevante de nossa análise refere-se à formação e características da estrutura agrária do Paraná. Este quadro fundiário pode ser esboçado em alguns traços: no século XVII, de ocupação precária, apenas 9 sesmarias haviam sido concedidas na região do atual Paraná; já no século XVIII, graças às injunções da economia aurífera, uma rede dominante de latifúndios aparece, utilizando o trabalho escravo e dedicando-se especialmente à criação e comércio de muares, além de atividades de subsistência. No século XIX, a imigração vai modificar relativamente esta situação, na medida em que pequenas e médias propriedades estabelecem-se próximas às cidades. Assim, grosso modo, o início do século XX encontra o território paranaense ocupado em sua maior parte por grandes explorações agrícolas, compreendendo as regiões nordeste, oeste e sudoeste. Apenas o leste, abrangendo o litoral e os dois primeiros planaltos apresenta um panorama onde aparecem de forma marcante as pequenas e médias propriedades.<sup>(11)</sup> Estas vão se tornar mais relevantes a partir dos anos 30, com os programas de colonização dirigida nas regiões norte/nordeste do Paraná, organizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, com capitais ingleses. O transbordar da cultura cafeeira do Estado de São Paulo trará ao norte do Paraná uma corrente migratória contínua até o início dos anos 60. Os pequenos e médios estabelecimentos alastram-se, portanto, a partir daí; outros fluxos migratórios oriundos do Rio Grande do Sul nos anos 50, vieram completar o povoamento do Estado, acentuando a presença deste tipo de estabelecimento agrícola na estrutura fundiária e de produção do

---

(10) N. Bernardes, Expansão do povoamento no Estado do Paraná, *Revista Brasileira de Geografia*, out/dez, 1952, pp. 427 a 451.

(11) Para mais detalhes, ver Balhana et al. — op. cit.



Paraná. Esta realidade, entretanto, quando descrita fora de seu contexto global, mascara a presença indiscutível do latifúndio nas terras paranaenses: em 1970, as propriedades de mais de 100 ha detinham 47% da superfície controlada pelos estabelecimentos agrícolas, representando apenas 3,27% destes.<sup>(12)</sup> Este percentual significa uma quantidade de terras pertencente às grandes propriedades relativamente menor que em 1940; em termos absolutos, porém, dada a ocupação total do território, abrange cerca de 50% a mais de terras absorvidas por este tipo de exploração agrícola. É uma situação semelhante a do Brasil como um todo, onde, com importante incorporação de terras ao processo produtivo, a parte correspondente às grandes propriedades decresceu de modo relativo; mas isto não significa que o latifúndio esteja menos presente na estrutura agrária brasileira, principalmente nas melhores e mais bem localizadas terras.<sup>(13)</sup>

Os aspectos produtivo, fundiário e de ocupação do território estão estreitamente imbricados no Paraná até 1970 e sua evolução entre 1940 e 1970 mostra-nos o resultado da ação estatal, interferindo direta ou indiretamente na alocação dos fatores de produção. Nos anos 70, persistindo os mesmos aspectos conjunturais, as tendências observadas anteriormente se concretizam, com a acentuação das migrações inter-regionais e a retomada do crescimento das grandes propriedades sobre as terras agrícolas paranaenses; em 1980, segundo os dados do IBGE, estas abrangem cerca de 58% das terras utilizadas em atividades agropecuárias. Este aumento é ainda mais significativo quando observamos que o crescimento total das terras agrícolas nestes 10 anos foi de 13,5%.

### *Produção Agrícola e Ação Estatal.*

Em 1940, encontramos no Paraná um panorama fundiário onde 83,5% dos estabelecimentos agrícolas possuíam menos de 100 ha para uma superfície de 24,9%. No resto do Brasil, esta proporção era de 85,6% para 18,2%. Esta, portanto, era uma relação mais favorável no Paraná, situação que se acentuará no decorrer dos anos, dada a especificidade da coloni-

- 
- (12) Diferentes são as classificações das propriedades agrícolas no Brasil, utilizando-se geralmente o critério de mão-de-obra empregada ou tamanho da propriedade/utilização da terra. O conceito de módulo rural, estabelecido pelo Estatuto da Terra, adapta as classificações por tamanho às regiões, mas é inoperante na manipulação dos dados censitários. A classificação, aqui utilizada (mais de 100 ha e menos de 100 ha) elimina todas as nuances, mas foi empregada por critérios eminentemente práticos.
- (13) A diminuição da importância relativa das grandes propriedades no Brasil deve-se sobretudo à grande expansão da fronteira agrícola verificada nos últimos anos e ao processo de divisão e parcelamento sofrido pelos pequenos estabelecimentos de menos de 20 ha.



zação do Estado. Isto significa que as pequenas e médias propriedades tiveram no Estado uma importância maior em termos de disponibilidade de terras.

Já se tornou uma questão de senso comum a importância deste tipo de estabelecimento para a produção de alimentos destinados ao mercado interno.<sup>(14)</sup> Colonizado neste esquema e, para não fugir à regra, expandindo sua produção horizontalmente, o Paraná tornou-se rapidamente responsável por importante parte da oferta de alimentos no Brasil.

O café foi o motor econômico deste crescimento favorecendo a produção de subsistência necessária à reprodução da mão-de-obra que empregava, cujos excedentes passaram a abastecer a rede urbana que se criava. Várias culturas já eram praticadas no Estado antes do "boom" cafeeiro, que se deu principalmente depois da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Milho, feijão, arroz, mandioca, batata, amendoim, cana de açúcar, trigo, algodão e mamona, entre 1940/42 representavam 83% do valor da produção agrícola do Estado, contra 14,9% para o café. Esta relação vai aos poucos se inverter, pois o Paraná, no início dos anos 60, já se tornara o 1.<sup>o</sup> produtor mundial de café. Entre 1949/50 este produto no Paraná detinha 53,8% do valor de sua produção agrícola e em 58/60, cerca de 60% deste valor. Em 1960, a produção cafeeira paranaense foi de 20 milhões de sacas (46,5% da produção total do Brasil), ocupando quase 40% da superfície cultivada no Estado.<sup>(15)</sup>

Entre 1948 e 1964, o café nunca representou menos de 50% das exportações brasileiras, atingindo níveis *records* de 73%, 70%, 69% em 1952, 53 e 59, respectivamente;<sup>(16)</sup> até 1968, esta produção ainda detinha 42,3% das exportações brasileiras. A partir daí começam a surtir efeito as medidas governamentais destinadas a equilibrar a oferta brasileira às suas quotas de exportação.<sup>(17)</sup>

Desde 1953, estabelecendo o sistema de taxas múltiplas de câmbio, através da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC) o governo federal define prioridades no que concerne ao processo de substituição de importações industriais. Quanto à agricultura, observa-se uma interferência indireta do governo: estabelece-se um sistema de bonificações seletivas, tendo em vista uma certa diversificação das exportações, pois

---

(14) Ver Graziano da Silva et al. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, São Paulo, 1980.

(15) Para mais detalhes sobre estes cálculos, T. Navarro Swain, *Trente ans d'histoire du Paraná: des grands espaces vides au capitalisme agraire*, thèse de Doctorat, I.H.E.A.L., Paris III, Sorbonne, 1979, pp. 122 e seguintes.

(16) Dados obtidos em: Coordenadoria de Estudos de Economia Cafeeira. *Anuário Estatístico do Café 1727/1977 — 250 anos*, n.º 11, Rio de Janeiro, dez. 1977, p. 180.

(17) Fundação Getúlio Vargas. *Instrumentos de política cafeeira*, Escola Interamericana de Administração Pública, Monografia n.º 9, 1967, pp. 30 e seguintes.



os produtores de café recebiam menos que os agricultores ligados a outras culturas. Este sistema perdura até 1957, quando unifica-se a taxa cambial e cria-se a “quota de contribuição” ou confisco cambial do café, cujas reservas passam a constituir o Fundo de Defesa da Cafeicultura. Se estas medidas visavam em última análise, desencorajar a produção cafeeira, seu efeito foi inverso: recebendo menos pela sua produção, a solução adotada pelos cafeicultores foi o aumento de superfície cultivada, pois toda sua produção tinha sua compra garantida pelo IBC. O Paraná teve um papel importante neste aumento global da produção, que atingiu 168% entre 1940/50; neste Estado, em 1959, o café ocupava 19,67% da superfície cultivada, passando a 38,8% em 1960. Quanto à produção, considerando-se a média dos anos 49/54 e 59/64, seu aumento foi de 358%. Nesta época, enquanto produtor mundial, as variações climáticas do Paraná definiam as quotas internacionais do café.

Assim, em 1960, a inadequação entre a abundante produção brasileira e suas quotas de exportação, estabelecidas no Convênio Internacional do Café (1959) era evidente. Deste modo, o governo via-se a braços com imensos estoques de café, que atingiram um ápice de 62 milhões de sacas em 1966, estoques impossíveis de serem escoados, pois entre 1953 e 1960 as exportações brasileiras cresceram de apenas 9,32% para um aumento global de produção de 172%.<sup>(18)</sup>

Em 1963, face a este novo contexto, o governo cria o GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, que como seu nome indica, tentará racionalizar o cultivo do café. Isto foi realizado um ano depois da assinatura do 1.º Acordo Internacional do Café, assinado pela primeira vez entre produtores e consumidores, e dando origem a OIC — Organização Internacional do Café, órgão regulador do Acordo.<sup>(19)</sup>

Deste modo, inovando igualmente, o GERCA promoverá uma campanha de erradicação de cafezais, pagando pela eliminação das plantações uma soma que representava mais de 150% do valor da produção, se esta fosse colhida.<sup>(20)</sup> Esta primeira tentativa visava a erradicação de 700 milhões de pés de café e conseguiu reduzi-los de um total de 826.781, entre 1962 e 64; no Paraná, porém, o número de pés de café foi reduzido de apenas 9,9%. O segundo plano de erradicação, iniciado em 1966, perseguia os mesmos objetivos do primeiro, isto é, regularizar a oferta, segundo a demanda do mercado interno e externo e formar um estoque mínimo. A grande diferença residia, entretanto, em que as previsões de erradicação incluíam agora os novos cafezais, em plena produtividade: o financiamento para a erradicação previa, em seus contratos, a obrigação de se implantar

(18) E. Bacha. A política cafeeira no Brasil, 52/57. *Dados*, n.º 5, 1968, p. 58.

(19) Coordenadoria de Estudos de Economia Cafeeira. op. cit.

(20) Gerardi et al. O retorno do café às antigas áreas produtoras, *Boletim Geográfico*, ano 33, set./out. 1974, pp. 105 e seguintes.



culturas substitutivas ao café, pois a característica da diversificação da produção estava sublinhada em todos os textos.<sup>(21)</sup>

Verificamos, assim, em meados dos anos 60, uma nítida preocupação do governo federal em modificar uma situação em que as exportações do país sustentavam-se em grande parte sobre um só produto, cuja colocação no mercado internacional dependia de acordos difíceis de serem conseguidos, diante de uma concorrência feroz. Neste momento, estamos em pleno período desenvolvimentista e o pensamento Cepalino orienta os esforços econômicos para a criação de um parque industrial, que com sua dinâmica pudesse abrir caminho para o fim do subdesenvolvimento.<sup>(22)</sup>

Toda a ênfase é, portanto, dada ao processo de industrialização, visando inclusive a inclusão de manufaturados na pauta das exportações, na tentativa de quebrar o estigma da economia periférica. A agricultura deverá financiar e servir de apoio a este processo e os planos de diversificação de produção se inserem neste contexto muito mais amplo. O único estímulo dado às atividades agrícolas, beneficiando o setor exportador, foi o sistema de minidesvalorizações do cruzeiro, criado em 1968 e que, reduzindo a intervalos regulares a variação real das taxas de câmbio, sustenta o nível de remuneração dos exportadores. Enquanto isso, a indústria recebe créditos, isenções fiscais, subvenções diretas, que possibilitam a ascensão da participação de manufaturados no elenco das exportações: de 14% em 1966, passam a 40% em 1975.<sup>(23)</sup>

No início dos anos 60, a produção de alimentos para o mercado interno ainda satisfazia razoavelmente a demanda, uma vez que o produto de exportação por excelência, o café, não era incompatível com o cultivo de subsistência. A partir de 1964, as decisões econômicas do novo governo militar orientam as atividades produtivas, de maneira inequívoca, para o mercado externo, de tal modo que as culturas alimentares, por serem remuneradas a um nível nitidamente inferior, são abandonadas por grande número de agricultores. No começo dos anos 70, o Brasil já se tornara importador de produtos alimentares de primeira necessidade: em 1972, o *deficit* de produção de feijão atingia 842 mil toneladas e esta circunstância encontra-se ligada diretamente às transformações agrícolas ocorridas no Paraná, maior produtor nacional.<sup>(24)</sup> Tentou-se, entretanto, contornar esta situação através dos já citados contratos de erradicação de café, que enfatizavam o programa de diversificação de produção e integração agro-indus-

(21) Fundação Getúlio Vargas. op. cit., *ibidem*.

(22) Ver a este respeito, por exemplo, F. Oliveira. *A economia brasileira, crítica à razão dualista*, Edições Cebrap, 1975.

(23) Ver F. Homem de Melo, M.P. Zocknum. Exportações agrícolas, balanço de pagamentos e abastecimento interno, *Estudos Econômicos*, vol. 7, n.º 2, S.P., 1977, pp. 10 a 49.

(24) Ver Fundação Getúlio Vargas. Feijão, comportamento da oferta, *Conjuntura Econômica*, op. cit.



trial.<sup>(25)</sup> Indicava-se, do mesmo modo, a necessidade de serem analisadas e previstas alternativas para o emprego da mão-de-obra anteriormente utilizada para o café. O Paraná, como primeiro produtor, foi o visado prioritariamente por este programa, que mudará o perfil produtivo do Estado.

Quando observamos o número de cafezais do Paraná, constatamos uma redução de 47%, após os programas de erradicação, em 1975. Tendo em vista a eliminação concomitante das produções intercalares ao café, como milho e feijão, notamos uma das repercussões da erradicação: a queda da produção de alimentos no Estado. A eliminação dos cafezais levou os agricultores a uma busca imediata de culturas comerciais tão rentáveis quanto o café, findas as obrigações contratuais da erradicação, que vigoraram por dois anos.<sup>(26)</sup> A criação de gado foi uma opção econômica difundida, na medida em que a abundância de terras "liberadas" pelo café permitia a expansão horizontal das pastagens, ou seja, da criação extensiva. O fator abundante sendo a terra, a rentabilidade seria comprometida com a maximização da produtividade: assim, eleva-se o número de cabeças, cujo valor cresce constantemente. Desta maneira, o crescimento das pastagens é significativo na distribuição das terras: aumentam de 66% entre 1960 e 70, representando 30,8% do total contra apenas 13% em 1960; por outro lado, o aumento do rebanho bovino atingiu 187% no mesmo período.<sup>(27)</sup>

Do ponto de vista do emprego agrícola, os programas de erradicação do café e de diversificação da produção não atingiram seus objetivos, pois as culturas que vieram substituir os cafezais não tinham a mesma capacidade de absorção de mão-de-obra: se o café empregava 100 pessoas para uma determinada área, o milho utilizava 34, o arroz 53, o feijão 40,9 e a criação de gado, 13,8. As previsões feitas pelo IBC-GERCA indicavam que 47,53% das terras liberadas pelo café no Paraná seriam utilizadas para criação, atividade que absorve menos mão-de-obra no meio rural.<sup>(28)</sup> Os cálculos indicavam que cerca de 115.000 trabalhadores perderiam seu emprego na agricultura com o 1º programa de erradicação do café, apenas entre 1962 e 1967.<sup>(28)</sup>

Ao lado da expansão das pastagens, vimos, nos anos 60, superfícies antes cobertas de altos pés de café converterem-se em extensões de trigo ondulante ou verdes paisagens cobertas de soja, segundo a época do ano. As culturas temporárias substituíram em grande parte as permanentes: o rei café fora destronado.

(25) Fundação Getúlio Vargas. Instrumentos de política cafeeira, op. cit., p. 33

(26) S. Panagides. Erradicação do café e diversificação da agricultura, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 28, n.º 1, jan./março, 1969, pp. 42 e seguintes.

(27) Para maiores detalhes, ver T. Navarro Swain, op. cit. cap. VI.

(28) S. Panagides, op. cit. ibidem.



### *Preços Mínimos e Exportações.*

No Paraná, como no resto do Brasil, o aumento mais relevante do volume das colheitas se dá pela expansão horizontal das culturas: o lugar privilegiado do Estado na produção alimentar do país foi, portanto, seguido aos poucos, acompanhando a marcha do café e a colonização do território. Em 1940, as culturas em geral ocupavam 12,20% das terras utilizadas, percentual que atinge 32,26% em 1970 e 44,9% em 1980 (excluindo-se as terras inaproveitáveis). Entre 1960 e 1970, a relação culturas permanentes e temporárias modificou-se, com a erradicação do café e o incremento da produção de soja: em 1960, 48,2% das culturas eram permanentes para 51,8% de temporárias; em 1970, as temporárias atingem 72,3% e as permanentes 27,7%. Em 1980 esta tendência se confirma: as permanentes ocupam apenas 14% das áreas de lavouras e as temporárias 75,6%.

Os planos governamentais foram decisivos na erradicação do café e a ação estatal revela-se da mesma forma eficaz na orientação das culturas através do mecanismo dos preços mínimos ou valores básicos de garantia. Estes são preços estabelecidos pelo governo anualmente, de acordo com estudos do custo de produção, garantindo ao agricultor uma remuneração mínima pela sua colheita, independente das flutuações do mercado. Este sistema funciona como um indicador de tendências e é extremamente importante quanto à escolha do tipo de cultura a ser implantada. Assim, o aumento dos preços mínimos é relevante quanto às safras subseqüentes; acompanhar o índice inflacionário é condição básica, mas nem sempre isto ocorre, tendo em vista o objetivo de desestimular certas plantações, ou melhor, estimular sobretudo aquelas que possam figurar na pauta das exportações.<sup>(29)</sup>

Dentro da ótica dos governos militares pós-64, procurando diversificar as exportações e estimular a industrialização, a política de preços mínimos foi utilizada para dirigir a produção das culturas passíveis de serem comercializadas, seja no âmbito industrial, seja no mercado externo. Dos 10 produtos garantidos com preços mínimos no início dos anos 70, 8 eram comercializáveis. A própria Comissão de Financiamento de Produção do Ministério da Agricultura, nesta época (72/73), alertava para o fato de

---

(29) A Federação Agrícola de São Paulo enviou ao Ministério da Agricultura em 1972 um estudo sugerindo os preços mínimos a serem estabelecidos para a safra 1972/73. O estudo explicava que os preços concedidos para o milho, feijão e arroz no ano precedente haviam sido muito inferiores aos do mercado e pouco encorajadores; como conseqüência, estas produções diminuíram nesse Estado. Assim, enquanto o custo de produção aumentara 75% entre janeiro de 1972 e o mesmo período em 1973, o aumento do preço mínimo ficou entre 36 e 41%, segundo o produto.



que as melhores terras estavam sendo utilizadas para a agricultura de exportação ou pela agroindústria, em detrimento da produção de alimentos.<sup>(30)</sup> Assim, além de subvenções indiretas, como redução do ICM para produtos destinados à exportação, o governo oferecia estímulos via preços: por exemplo, se tomarmos como base 1968=100, os preços mínimos da soja atingia em 1973 o índice 371, enquanto que os produtos tais como feijão, algodão, milho, arroz, viram baixar seus preços reais ao produtor, entre 1959 e 1972, do índice 100 a 85, em média.<sup>(31)</sup> Percentualmente, a variação dos índices de preços médios ao nível do produtor, no mesmo período, foi de mais 12% para a soja e menos 16% para o feijão, menos 13% para o algodão, menos 14% para o arroz e menos 14% para o milho.<sup>(32)</sup>

Otimas perspectivas mundiais apresentavam-se desde 1965 para a soja: entre este ano e 1972, as exportações mundiais aumentaram de 87,31%, sendo que somente entre 69 e 70 cresceram de 35,5%. O incremento da demanda foi acompanhado por uma forte alta de preços conjuntural; este era o período de erradicação do café e a soja foi o produto escolhido como cultura substitutiva, tanto no Paraná quanto em São Paulo. Produto totalmente mecanizável e passível de rotação com o trigo, revelou-se ser de alta rentabilidade, não só em termos de preço de mercado, mas, sobretudo, tendo em vista as subvenções dadas à sua produção e equipamento. Em 10 anos (65/75), as exportações brasileiras de soja elevaram-se cerca de 4.500% em volume; 70% da produção destinava-se ao mercado externo e seu valor exportado fazia da soja o primeiro produto de exportação do Brasil em 1975, com 15% do valor das vendas ao mercado externo. O café nesta época representava apenas 9,8% deste valor.<sup>(33)</sup>

Como vimos, o abastecimento interno era, no mínimo, desestimulado a partir dos desígnios de uma política totalmente voltada para o mercado externo. No Paraná, estas culturas vão ser atingidas pela corrida desenfreada para a produção de soja, ou pela implantação de pastagens. Alguns produtos tiveram um ligeiro aumento de produção, mas estas elevações têm que ser vistas em meio a diversas variáveis, como, por exemplo, o aumento da população, o tipo de estabelecimento em que é produzido, assim como as possibilidades de comercialização junto às agroindústrias. O incremento produtivo não significa necessariamente um aumento dos excedentes disponíveis para o mercado, sobretudo num contexto de excep-

---

(30) Ministério da Agricultura. *Fixação de Preços Mínimos, Região Centro Oeste, Sudeste, Sul — Safra 72/73*, Comissão de Financiamento de Produção, Brasília, out. 1972, pp. IX, 31, 62, 119 e 130.

(31) Fundação Getúlio Vargas. — *Cultura da soja — mudanças significativas, Conjuntura Econômica*, vol. 28, n.º 6, junho 1974, pp. 112 e 113.

(32) Idem, *Ibidem*.

(33) Fundação Getúlio Vargas. — *Soja: o Brasil no mercado mundial, Conjuntura Econômica*, vol. 30, n.º 11, 1976, pp. 114 a 118.



cional incremento populacional nas pequenas propriedades, principais responsáveis pela oferta de alimentos.

Deste modo, no período entre 1964/65 e 73/75, quando as transformações foram mais acentuadas na economia paranaense, os aumentos de produção em volume foram de 63,30 e 9% quanto ao milho, arroz e mandioca; quanto à batata, feijão e açúcar, observamos uma queda de 4,6, 15,5 e 8,5%. No que diz respeito às culturas de exportação, no mesmo período, a mamona aumentou 195%, o amendoim 1312% e a soja 12633%; quanto ao trigo, produzido em rotação de culturas com a soja e também mecanizável, seu crescimento foi de 645%, com um aumento de produtividade de 237%.

A queda de produção do feijão no Paraná repercutiu diretamente no mercado interno, pois o governo foi obrigado a realizar seguidas importações para suprir a demanda, cujo *deficit* em 1972 era igual a 45% da produção global.

A planificação da agricultura sendo realizada em uma perspectiva de curto prazo, num contexto em que a ação estatal interfere constantemente na alocação dos fatores de produção em favor das culturas exportáveis, o peso dado às culturas temporárias corresponde à instabilidade do mercado. Sem estímulos especiais, a produção alimentar obedece à lei da oferta/procura, mas numa economia que não funciona livremente na disputa dos fatores. Assim, em 1980, no Paraná, os acréscimos de área incorporada às culturas de feijão, batata, milho e cana de açúcar (+57%, +259%, +25%, +250%) podem ser considerados conjunturais. Ainda em 1980, a superfície cultivada com arroz, mandioca, trigo, mamona e amendoim decresceu de 77%, 20%, 52%, 73%, 65% respectivamente, em relação a 1975, correspondendo às mesmas tendências aleatórias.

Estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, segundo o qual a disponibilidade interna de alimentos reduziu-se entre 1959 e 1970 vem corroborar nossas assertivas anteriores: com um crescimento demográfico excepcional e uma produção alimentar instável e desequilibrada, o nível alimentar da população brasileira vem caindo constantemente.<sup>(34)</sup>

A abertura de economia brasileira ao mercado internacional não é uma questão a ser provada; sua dependência econômica em relação ao exterior se acentuou em vários sentidos após 64, mas sublinhamos aqui a modificação sofrida pelo setor agrícola. Não mais ligada à venda de um só produto, a exportação agrícola é mais diversificada, mas esta produção reduziu a oferta interna de alimentos, compensada por importações, que aumentaram 173% em cruzeiros constantes, de 1960 a 1974. A busca de obtenção de divisas a todo custo, aproveitando toda conjuntura favorá-

(34) Fundação Getúlio Vargas. *Balanço e disponibilidade interna de gêneros alimentícios de origem vegetal*, fascículo do Centro de Estudos Agrícolas, janeiro de 1978.



vel no mercado internacional em detrimento da produção interna, cria novas situações de dependência, dentre as quais a necessidade de importação de produtos alimentícios.

### *Mecanização e mão-de-obra agrícola no Paraná.*

Num contexto de crescimento demográfico e urbanização acelerada, como o do Brasil nos anos 60, o emprego acentuado do fator capital na agricultura trouxe novos problemas. Não levando em conta a disponibilidade dos fatores, a intensificação do capital no processo de produção agrícola cria uma recessão no mercado de trabalho, como seqüela da mecanização e da acentuação de insumos substitutivos de mão-de-obra.<sup>(35)</sup> Vemos surgir então um grande número de trabalhadores agrícolas disponíveis no mercado de trabalho; num primeiro momento, e segundo o caso, esta mão-de-obra vai aumentar a população que vive sobre os lotes familiares, levando à redução de seus excedentes, normalmente destinados à comercialização. Por outro lado, a mecanização e a utilização mais racional da terra do ponto de vista do capital e as mudanças do perfil produtivo eliminaram aos poucos as relações de trabalho tradicionais, tais como o colonato, a parceria, extinguindo do mesmo golpe seus excedentes de produção alimentar comercializáveis.<sup>(36)</sup> Estes fenômenos — aumento da força de trabalho nas pequenas propriedades agrícolas e regressão das relações tradicionais de produção — já eram evidentes em São Paulo nos anos 60, mas no Paraná inicia-se nesta época.

O avanço de uma agricultura essencialmente comercial, numa economia onde o capital é subvencionado, desloca os pequenos proprietários que a ele não têm acesso, dada sua impossibilidade de manter uma concorrência eficaz. Somente os pequenos estabelecimentos especializados, hortifrutigranjeiros, situados na periferia das cidades, poderão suportar esta concorrência, capitalizando-se a força de sobretrabalho e subconsumo.<sup>(37)</sup>

O excedente de mão-de-obra relativo, assim criado, iniciará, por outro lado, um movimento de migração em direção às regiões de fronteira

(35) Ver, a este respeito, M.C. Andrade. O processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural brasileiro, *Anais de História*, n.º 7, Assis, 1975, p. 62 e J.B. Lopes. Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo, *Cadernos Cebrap*, n.º 28, SP, p. 66 e 67.

(36) Ver E. Gonzalez, M. I. Bastos. O trabalho volante na agricultura brasileira, in: P. Singer, et al. *Capital e trabalho no Campo*, S.P. 1977, pp. 23 a 48. p. 38 e 39.

(37) Para mais informações, ver V. Brant, Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis, *Estudos Cebrap*, n.º 19, jan./fev./março 1977, pp. 37 a 92. pp. 21 e seguintes.



agrícola, desfazendo-se de suas terras, quando as possuem, para a compra de novos lotes em outras regiões menos valorizadas. No caso do Paraná, as migrações registrar-se-ão, nos anos 70, em direção a Rondônia e ao Paraguai, este último continuação natural das terras do Estado. Esta situação teve como corolário o aumento em número e superfície de um certo tipo de propriedade agrícola: a empresa agropecuária. De uma superfície situada entre a muito pequena propriedade familiar e o latifúndio desmesurado, procura maximizar seu potencial em terras, racionalizando a produção e aproveitando plenamente os créditos subvencionados ao equipamento. Simultaneamente veremos uma divisão da pequena exploração familiar, sobrecarregada do ponto de vista populacional e utilizando ao máximo sua capacidade produtiva, o que logo esgotará a terra. Este novo fenômeno no meio rural terá muitas outras implicações sócio-econômicas, mas, no momento, reteremos apenas uma: o aparecimento de um grande número de trabalhadores rurais em disponibilidade, face a um mercado de trabalho que se restringe pela intensificação do uso do capital e das mudanças de produção orientadas pelo governo. Isto se passa numa conjuntura em que a quantidade de mão-de-obra no campo é importante, representando em 1970, 63,85% da população total do Estado. Em 1980 esta proporção se reduzirá a 41,38%, segundo dados do recenseamento, o que caracteriza um processo de abandono do meio rural.

Nos anos 60, segundo a política de diversificação das exportações, como já vimos, o governo podia, modificando o equilíbrio dos preços mínimos, incentivar ou estimular certas culturas. Entretanto, para que o setor agrícola pudesse responder às variações da demanda externa, era necessário que o setor se tornasse mais ágil e mais dinâmico; assim, uma série de novas medidas foram adotadas nos anos 70 favorecendo e subsidiando o uso do capital na agricultura, tendo em vista o aumento da produtividade e a intensificação do uso de dois fatores de produção prioritariamente: capital e terra.<sup>(38)</sup> A nível do produtor as subvenções principais eram os créditos a juros negativos; mas as subvenções dadas às indústrias de equilíbrio agrícola reduziram o custo real destes equipamentos em relação à mão-de-obra, estimulando assim a substituição deste fator de produção.

Considerando-se as deficiências do sistema de informação rural e as complicadas operações burocráticas para obtenção de crédito oficial, estas medidas destinavam-se particularmente àquelas empresas que buscavam a otimização das condições de produção e evitavam a manutenção de fatores ociosos, para fazer da exploração agrícola um setor de alta rentabilidade e perfeitamente integrado à economia capitalista dominante.<sup>(39)</sup> Assim, a intensificação do uso do capital na agricultura vai se dar no

(38) Ver J.B. Lopes. op. cit. pp. 51, 54 e nota 12.

(39) P. Singer et al. *Capital e Trabalho no Campo*, S.P., 1977, p. 5.



subsetor, cuja vocação é essencialmente comercial: o da produção para exportação ou destinada à industrialização.

Mas outras variáveis vão se juntar à mecanização no processo de pauperização dos pequenos proprietários e da progressiva separação dos produtores de seus meios de produção. A erosão dos solos por exemplo, derivada dos métodos primitivos de cultivo, sem investimentos recuperadores da terra, atingirá com freqüência as pequenas unidades de produção: com uma alta densidade demográfica e dispondo de uma área reduzida, a produtividade decrescerá rapidamente na medida do esgotamento da terra. A eliminação dos cafezais e das relações de produção ali contidas, assim como a formação de pastagens são elementos imbricados, como já vimos, na formação de uma nova fisionomia no setor rural do Paraná. A "liberação" da mão-de-obra se deu *pari passu* a esta mudança da estrutura de produção: a proporção foi de 29 trabalhadores despedidos para cada 30 empregados anteriormente.<sup>(40)</sup> Esta transformação vai se refletir diretamente na repartição da mão-de-obra nos estabelecimentos agrícolas, caracterizando um extraordinário aumento da força de trabalho das pequenas propriedades familiares de menos de 10 ha.

Entre 1960 e 1970, o crescimento da população trabalhando no setor primário da economia se reduziu e, paralelamente, a população global do Estado cresceu moderadamente (61% contra 103% em 1960 e 1950 respectivamente). Isto nos faz observar uma redução das migrações que, desde 1940, conseguiram realizar a ocupação de todo território paranaense. Nos anos 60 a superfície agrícola cresce no Paraná de 3 390 035 ha, mas apesar disso, verificou-se uma extraordinária concentração da mão-de-obra sobre as propriedades de menos de 100 ha, 90,88% para 51,9% das terras exploradas. Dentro dessa generalização, podemos distinguir dois movimentos: o primeiro, que corresponde às unidades de menos de 10 ha e as que se situam entre 10 e 20 ha e indica uma extraordinária incorporação de mão-de-obra, de 220,17% e de 98%, respectivamente.

O segundo movimento, relativo às explorações de 20 a 50ha, e de 50 a 100 ha (médias propriedades), demonstra uma redução importante da mão-de-obra relativa e mesmo absoluta. Estas propriedades portanto seguiram a tendência registrada junto aos estabelecimentos de mais de 100ha, que limitam o emprego da força de trabalho. Em números relativos, isto constitui uma diminuição do uso da mão-de-obra empregada anteriormente 35,14% sobre as propriedades agrícolas de 100 a 500ha, de 30,93% sobre as de 500 a 1000 ha e de 37,29% sobre as de mais de 1000 ha. Este fato corresponde a uma primeira etapa no processo de proletarização da mão-de-obra agrícola no Paraná: o retorno às pequenas explorações agrí-

---

(40) R. Pebayle. Une typologie de l'innovation rurale ou Brésil, *Cahiers d'outre mer*, n.º 108, Bordeaux, oct./déc. 1974, p. 56.



colas familiares; neste tipo de estabelecimento reduz a disponibilidade de terra por trabalhador utilizado.

A mão-de-obra existente sobre as unidades agrícolas, seja qual for sua forma de administração, pode ser dividida em três grandes categorias: a mão-de-obra familiar, composta pelo(a) responsável pela exploração e sua família; pelos empregados permanentes (residentes) pagos em produtos ou em espécie e os empregados temporários utilizados para trabalhos eventuais e pagos monetariamente. A evolução da economia no Paraná levou a uma concentração, como vimos, da força de trabalho sobre as unidades de menos de 20ha. Ora, essa mão-de-obra, neste tipo de propriedade é constituída quase exclusivamente pela própria família e sua capacidade de recrutamento de pessoal, permanente ou temporário, diminuiu contribuindo para o estreitamento do mercado de trabalho agrícola.

A mão-de-obra familiar empregada na agricultura do Paraná aumenta entre 60 e 70 de 312%, enquanto que o número de empregados permanentes decresce de 18,81% e dos temporários de 30%. Nas propriedades de menos de 10ha e de 10 a 20ha a percentagem da mão-de-obra familiar aumenta de 88,7% a 95,7% e de 80 a 90,6%, respectivamente, entre 1960 e 70.<sup>(41)</sup>

Quanto aos outros trabalhadores agrícolas, os parceiros e colonos, que não podiam encontrar refúgio nas propriedades familiares, viram-se forçados a adotar uma das seguintes opções: migrações inter-regionais, o êxodo rural e o-trabalho volante ou *rurbano* (domicílio urbano e trabalho em meio rural). A valorização das terras e dos produtos agrícolas tornava menos interessante, do ponto de vista do capital, o sistema de parceria ou arrendamento. Por outro lado, a erosão monetária fazia recair sobre o salário a escolha da remuneração do trabalho pelo capital por exemplo, o salário real mensal na agricultura de São Paulo baixou de 8% entre 1965 e 71. O número de arrendamentos, por sua vez, caiu de 20,9% a 15,6% entre 1960 e 70 no cômputo global das atividades de administração.

Todos os estabelecimentos de mais de 100ha, como vimos, despediram em torno de 1/3 de seu pessoal entre 1960 e 70 e este fato foi acompanhado pelo crescimento do uso de equipamentos, favorecidos pelos créditos e apoio do governo. É evidente que os estabelecimentos de menos de 20ha absorveram esta força de trabalho: aqueles de menos de 10ha regroupavam 41,85% da mão-de-obra empregada na agricultura e aqueles entre 10 e 20ha, cerca de 25%: Isto fazia com que 66,23% da força de trabalho agrícola estivesse concentrada em 22,98% da superfície dos estabelecimentos agrícolas. Tendo em vista o crescimento relativamente reduzido da população agrícola do Estado e o extraordinário crescimento do número de proprie-

---

(41) Todos os dados brutos foram obtidos nos Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970 e 1980, do IBGE.



dades de menos de 10ha (215,6%) e das entre 10 e 20ha (100,27%), agrupando a maioria da mão-de-obra; não corremos muito risco em aventar a hipótese de que houve um processo de esfacelamento destes estabelecimentos, a fim de poder absorver a força de trabalho dispensada com a redução das oportunidades de trabalho na agricultura.

O aumento das emigrações paranaenses nos anos 70 foi acompanhado na mesma época, segundo os recenseamentos, da redução do número dos pequenos estabelecimentos em 1980: as propriedades de menos de 10ha decresceram em 27,18%; as de 10 a 20ha de 17,57% em número. Quanto à superfície, as de menos de 10ha sofreram um decréscimo de 29,60% e as de 10 a 20ha uma redução de 16,9% nesta época.

Quanto à mão-de-obra, estes dois tipos de estabelecimento viram seu contingente populacional reduzido em 25,58% e 15,9%, respectivamente em 1980. A mão-de-obra familiar sofreu uma redução de 26,98% e de 21,29%, respectivamente, entre 1970 e 1980, nestas duas categorias de explorações, demonstrando a impossibilidade de sobrevivência, a nível de subsistência-excedente, com o acréscimo demográfico registrado na década precedente.

A força de trabalho agrícola paranaense sofreu uma redução global de 8,76% e esta diminuição refere-se principalmente às propriedades de até 50ha. A mão-de-obra familiar sempre foi de extrema importância na economia agrícola do Paraná, representando 80,6% do total em 1970, contra apenas 62% em 1960.<sup>(42)</sup> Em 1980 este percentual cai a 75,7%, mas esta redução diz respeito unicamente às propriedades de menos de 50ha, que viram um decréscimo relativo e absoluto em sua força de trabalho familiar, assim como em seu número e área. Todas as outras categorias de exploração tiveram sua população acrescida em termos de mão-de-obra familiar. Por outro lado, o número de empregados permanentes elevou-se em todo tipo de estabelecimento, mas apenas 17,9% das propriedades agrícolas possuíam este tipo de pessoal contratado em 31/12/80.

O número de parceiros também decresce, de 59,25% em 1980, e isto demonstra uma redução ainda maior do mercado de trabalho na agricultura paranaense, que funciona em cerca de 80% dos estabelecimentos com mão-de-obra familiar. A valorização das terras e a mecanização tornaram a parceria antieconômica; o uso de empregados temporários sazonais revela-se muito mais rentável, em termos de produtividade e rapidez da execução dos trabalhos.<sup>(43)</sup>

Assim, vemos um acréscimo da utilização de empregados temporários de 59,9% entre 1970 e 1980. Quanto às empreitadas, que em geral dizem

(42) Esta categoria é classificada nos recenseamentos do IBGE como "Responsável e membros não remunerados da família".

(43) Ver P. Singer et al. op. cit. p. 2.



respeito aos volantes ou “bóias-frias”, 28% dos estabelecimentos agrícolas no Paraná declaravam have-los utilizados em 1980, contra 21% em 1970.<sup>(44)</sup>

Estes dados, em sua globalidade, mostraram-nos que as transformações iniciadas nos anos 60 e agudizadas nos anos 70, com a mecanização e a mudança da estrutura de produção, definiram um novo perfil para a agricultura paranaense. Em 1970 ainda não havia uma transferência real da mão-de-obra permanente para relações de trabalho temporárias, como já existia na agricultura paulista, pois o setor de pequena produção havia absorvido uma grande parte dos “excedentes” de mão-de-obra. Mas neste ano, segundo o recenseamento demográfico, existia no Paraná 105 780 trabalhadores agrícolas cujo domicílio era considerado urbano, portanto, “bóias-frias”. Esta cifra se aproxima da totalidade dos trabalhadores temporários no Estado (sobretudo levando-se em conta a subestimação do trabalho feminino nos censos demográficos). Caracteriza-se, assim, o aparecimento da figura do *proletário rural*, ou seja, do trabalhador agrícola agora totalmente desprovido de seus meios de produção. Por outro lado, o enorme crescimento da população nas pequenas propriedades apresentou duas conseqüências importantes: a primeira e mais óbvia foi a pauperização desta categoria de estabelecimento, com a redução da disponibilidade de terra por trabalhador e a diminuição dos excedentes alimentares. Esta última circunstância contribuiu para o *deficit* alimentar nas cidades, verificado nos anos 70. A segunda foi a emigração para outras regiões, principalmente Rondônia e o Paraguai, como podemos constatar pelo decréscimo do número de propriedades de menos de 20ha entre 1970 e 1980.

Vejamos rapidamente o aumento dos equipamentos na agricultura paranaense, uma das variáveis que vieram desequilibrar o panorama rural do Estado. Com os preços subvencionados, os equipamentos substitutivos de mão-de-obra tornaram-se mais econômicos que a força de trabalho humana, relativamente. Assim, mesmo com um aumento nominal constante, o custo real dos tratores e equipamentos baixava tendo em vista os créditos oficiais a taxas de juros negativas e a longo prazo. A criação do Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola criado em 1969, estendeu a todos os equipamentos agrícolas o crédito subvencionado: por exemplo, o agricultor pagava apenas 7% dos 17%/ano dos juros cobrados à época para este tipo de operação; os 10% restantes ficavam a cargo da FUNDAG.<sup>(45)</sup> Por outro lado, toda compra de insumos poderia ser reduzida do imposto de renda. Dentre os indícios de um emprego maior de capital na agricultura temos a utilização de fertilizantes, defensivos, corretivos do solo etc. O consumo de fertilizantes aumentou 317% entre 1967 e 71 e em 1970, 82 059 estabelecimentos usavam este tipo de insumo, en-

(44) Ver a este respeito o livro já clássico de M.C. D'Incao, *O bóia-fria, acumulação e miséria*, R.J. 1979.

(45) Ministério da Agricultura. *Agricultura 1971*, Brasília, março de 1972, p. 173.



quanto que, em 1980, este número aumentou para 219 824, sendo que os fertilizantes químicos representavam, na primeira data, 68% do total e, na segunda, 94,17%. Os dados em nosso poder não são muito abundantes, mas, segundo alguns estudos, o consumo dos principais elementos nutritivos químicos da terra teria aumentado de cerca de 500% entre 1970 e 80.<sup>(46)</sup> Quanto aos corretivos do solo, a demanda teria tido uma alta de 200% entre 1973 e 80, da qual 1/3 seria absorvido pela soja. Quanto aos defensivos, o aumento da demanda no Paraná, apenas entre 1974 e 79 seria de 124%.<sup>(47)</sup> Em 1980, 74,13% dos estabelecimentos utilizavam-nos.

Outro índice da acentuação do fator capital na agricultura é o número de tratores empregados. Em 1950, podíamos observar no Paraná um trator para 4850ha; até 1960, esta relação se reduz consideravelmente, correspondendo a um trator por 664ha. Finalmente, dados os incentivos existentes em 1970 encontramos um trator por 273ha; em 1980, esta proporção atinge 200ha/trator. É interessante também notar a relação do número de trabalhadores por trator, o que nos dá uma idéia do grau de substituição da mão-de-obra: em 1950, tínhamos um trator para 1812 trabalhadores; em 1960, esta proporção era de um para 247,9; em 1970, encontramos um trator para 121,9 trabalhadores e em 1980, um trator para 22,12 trabalhadores. Por outro lado, o uso de arados de tração animal reduziu-se em 8,26%: isto se deve provavelmente à diminuição absoluta do número de pequenas propriedades até 20ha, que utilizavam prioritariamente este tipo de equipamento.

Um outro meio de se detectar o aumento do capital na agricultura é verificar como se distribuíram as despesas nos estabelecimentos agrícolas: em 1949, 55,25% das despesas eram com salários, somando-se a isto 9,98%, parte relativa aos parceiros. Fertilizantes, corretivos, sementes e pesticidas representavam respectivamente 1,68%, 1,90%, 1,11% do total das despesas. Em 1970 estes valores foram de 20,6% para os salários, 1,43% para a parceria e 10,11%, 4,60% e 4,73% para os fertilizantes e aditivos, sementes e pesticidas. Ou seja, estes últimos passam a consumir 19,44% das despesas em 1970 contra 4,6% em 1950.

De posse destes dados, podemos constatar que o processo de intensificação do capital na agricultura do Paraná fez-se de maneira acelerada, substituindo a mão-de-obra abundante por meios de produção, tornando mais acessíveis pelos programas de subvenção do governo. Tudo se passa como se o conjunto da economia do país pagasse para que a agricultura pudesse se mecanizar, sem levar em conta as verdadeiras disponibilidades dos fatores de produção. Temos, portanto, substituição de fatores abundantes por fatores raros, ou seja, da mão-de-obra despedida, pelo capital subvencionado. Esta força de trabalho, abastecedora do mercado com seus

(46) Banco do Desenvolvimento do Paraná e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Programa de Agroindústria do Estado do Paraná*, Curitiba, s/d, p. 99.

(47) Idem, *ibidem*.



excedentes, torna-se assim consumidora simples de alimentos, aumentando desta forma o *deficit* do abastecimento.<sup>(48)</sup>

A idéia de se capitalizar a agricultura fazia parte do arsenal teórico dos defensores do desenvolvimentismo dos anos 60. Considerado o setor retardatário da economia, a agricultura era vista como um peso, impedindo a marcha do desenvolvimento. A crítica a esta postura teórica enfatiza o caráter necessário da existência dos aspectos tradicionais da agricultura para que se viabilize o processo de acumulação polarizada, tal como se apresenta no Brasil.<sup>(49)</sup> Neste sentido, procura-se mecanizar e agilizar apenas um ramo da agricultura — o das exportações — torná-lo um setor altamente capitalizado, desenvolvendo-se paralelamente ao resto da economia. As empresas médias seriam o setor privilegiado desta ótica, desprezando-se o latifúndio improdutivo e o minifúndio antieconômico. Sua preservação, entretanto, é explicada, na medida em que o latifúndio faz parte do sistema, exercendo um papel político de dominação da mão-de-obra no campo.<sup>(50)</sup>

#### *Considerações finais.*

Como já observamos anteriormente, a formação agrária paranaense caracterizou-se pela importância relativa das pequenas e médias propriedades. As migrações, a rápida colonização e ocupação total do Estado em 30 anos, conservaram este aspecto. Nos anos 60, entretanto, quando observamos uma fase de transição na economia paranaense, podemos distinguir dois movimentos de transformação na estrutura fundiária: o esfacelamento das pequenas propriedades e a expansão de uma certa categoria de estabelecimentos, que utilizam suas terras mais intensivamente, a fim de conseguir maior produção e produtividade; isto implica igualmente na procura de uma dimensão adequada à otimização da produção.

As propriedades de mais de 100ha detinham em 1970, 3,27% do número total de estabelecimentos para cerca de 50% da área, portanto, a grande propriedade ainda está bem presente no Paraná. O índice de Gini, apresentado por Hoffmam, indica uma concentração fundiária crescente no Estado, pois era de 0,700 em 1960, de 0,702 em 1970 e 0,731 em 1975.<sup>(51)</sup> Em 1980, vemos o decréscimo de 22,10% no número de estabelecimentos

---

(48) L.Q. Ablas. A capitalização do setor agrícola paulista e o desemprego da mão-de-obra, *Revista Administração de Empresas*, vol. 4, n.º 2, junho 1971, p. 41 a 55, pp. 46 e 47.

(49) Ver E. Graziano, I. Bastos. op. cit.

(50) Ver M. Gutelman. *Structures et réformes agraires: instruments pour l'analyse*, Paris, 1974.

(51) R. Hoffmam. A concentração da posse da terra no Brasil, *Encontros com a civilização brasileira*, n.º 7, 1974, pp. 207 a 221, p. 220.



agrícolas, com um discreto aumento da área global. Com isto constatamos que houve um aumento da superfície média global. Todos os tipos de propriedades de mais de 100ha aumentaram em superfície e número, caracterizando assim um processo de regroupamento de terras no Paraná. Os pequenos estabelecimentos, por sua vez, tiveram seu número reduzido de modo geral: os de menos de 10ha sofreram uma queda de 27,18%, entre 10 e 20ha apresentaram menos 17,57% e os entre 20 e 50 ha, menos 6,98%. Quanto à superfície, a diminuição foi de 29,6%, 16% e 5,14%, respectivamente.

É fato conhecido na historiografia econômica que as pequenas unidades familiares e as explorações médias de até 100ha utilizam mais intensamente suas terras, mesmo se sua produtividade é menor, esta categoria de propriedade, em 1970, era responsável pela maior parte da superfície cultivada no Paraná. Nesta data, esses estabelecimentos representavam, com seus cultivos, 58,82% da superfície plantada com arroz no Paraná, 85,78% da área cultivada com batata, 1,47% de mandioca e 88,68% quanto ao feijão. Portanto, no que diz respeito a culturas alimentares, os estabelecimentos de menos de 100ha eram os principais cultivadores, representando 3/4 em média da superfície com elas ocupadas. Tendo em vista as transformações da estrutura agrária em 1980, com uma nítida diminuição do número e da área deste tipo de unidade produtiva, podemos inferir as repercussões na produção alimentar.

O aumento das migrações do Paraná para zonas de fronteira agrícola demonstra que as áreas ainda inocupadas do território brasileiro continuam a funcionar como válvula de escape às tensões agrárias; quando a evolução econômica leva a uma agudização do processo de concentração fundiária, desenvolve-se paralelamente, uma minifundização, ou seja, um esfacelamento das pequenas propriedades. A pressão demográfica sobre os pequenos estabelecimentos leva à subutilização da mão-de-obra e a super utilização da terra: a baixa de produção decorrente é evidente, quando a concentração da mão-de-obra excede a capacidade dos meios de produção. Isto não atrapalha o processo de acumulação de capital, pois a força de trabalho tornada excedentária integrar-se-á a um outro contexto, útil à engrenagem do sistema. Assim, a população brasileira vem se deslocando, há mais de um século, de uma região a outra, favorecendo a ocupação das terras virgens, mas ao mesmo tempo evitando que a concentração agrária se torne explosiva. A marcha para o oeste em São Paulo, nos anos 30/40, a colonização do Paraná a partir desta data e as migrações deste Estado a partir dos anos 70, representam etapas deste processo, afastando a necessidade de uma efetiva reforma agrária. A fronteira agrícola representa desta forma, uma reserva política de terras, cujo último reduto atual é a região amazônica.



## BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, L.Q. A capitalização do setor agrícola paulista e o desemprego da mão-de-obra, *Revista Administração de Empresas*, vol. 4 n.º 2, junho de 1971, pp. 41 a 55.
- ANDRADE, M.C. O processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural brasileiro, *Anais de História*, n.º 7, Assis, 1975, pp. 48 a 65.
- BACHA, E. A política cafeeira no Brasil, *52/57, Dados*, n.º 3, 1968, pp. 144 a 161.
- BANCO de Desenvolvimento do Estado do Paraná e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Programa de Agroindústria do Estado do Paraná*, Curitiba, s/d, 100 pp.
- BALHANA, A. et al. *História do Paraná*, Curitiba, 1969, 277 pp.
- BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná, *Revista Brasileira de Geografia*, out./dez. 1952, pp. 427 a 451.
- BRANT, V. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e a constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis, *Estudos CEBRAP*, n.º 19, jan./fev./mar. 1977, pp. 37 a 92.
- BRET, B. L'agriculture au Brésil: expansion agricole et crise agraire, *Problèmes d'Amérique Latine*, XLIV, Paris, juin 1977, pp. 65 a 84.
- CHONCHOL, J. L'agriculture et le problème de l'emploi en Amérique Latine, in *Problèmes d'Amérique Latine*, LI, Paris, 22 juin 1979, pp. 131 a 146.
- COORDENADORIA de Estudos de Economia Cafeeira. *Anuário Estatístico do café — 1727/1977 — 250 anos*, n.º 11, R.J., dez. 1977, 435 pp.
- FEDER, E. La nueva penetración en la agricultura de los países subdesarrollados por los países industriales, *El Trimestre Económico*, vol. XXIII, 1976, pp. 57 a 86.
- FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Balanço e disponibilidade interna de gêneros alimentícios de origem vegetal*, fascículo do Centro de Estudos Agrícolas, janeiro 1978.
- . Cultura da Soja, mudanças significativas, *Conjuntura Econômica*, vol. 28, n.º 6, junho 1974, pp. 112/113.
- . Feijão, comportamento da oferta, *Conjuntura Econômica*, vol. 28, n.º 6, junho 1974, pp. 101/104.
- . *Instrumentos de política cafeeira*, Escola Interamericana de Administração Pública, Monografia n.º 9, 1967, 144 pp.
- . Soja: o Brasil no mercado mundial, *Conjuntura Econômica*, vol. 30, n.º 11, 1976, pp. 114/128.
- GERARDI, L.H., Ferreira, T. O retorno do café às antigas áreas produtoras, *Boletim Geográfico*, ano 33, n.º 242, set./out. 1974.
- GONZALEZ, E., Bastos, M.I. O trabalho volante na agricultura brasileira, in: Singer, P. (coord.). *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, 1980, 146 pp.
- GRACIANO DA SILVA et al. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, São Paulo, 1980.



- HOFFMAN, R. A concentração da posse da terra no Brasil, *Encontros com a civilização brasileira*, n.º 7, 1974, pp. 207 a 221.
- HOMEM DE MELO, F. ZOCKNUM, M.P. Exportações agrícolas, balanço de pagamento e abastecimento interno, *Estudos Econômicos*, vol. 7, São Paulo, 1977, pp. 10 a 49.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário do Paraná, VIII Recenseamento Geral, Série Regional, vol. III, tomo XIX.
- . Censo Agropecuário do Paraná, IX Recenseamento Geral 1980, vol. II, tomo III.
- . Sinopse preliminar do Censo Agrícola, VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960, Estado do Paraná, 1963.
- LOPES, J.B. Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo, *Cadernos Cebrap*, n.º 26, S.P., 56 pp.
- MINISTÉRIO da Agricultura. *Agricultura 1971*, Brasília, março de 1972, 283 pp.
- MINISTÉRIO da Agricultura. *Fixação de Preços Mínimos — Região Centro Oeste, Sudeste, Sul — safra 1972/73*, Comissão de Financiamento de Produção, Brasília, out. 1972, 283 pp.
- NAVARRO SWAIN, T. *Trente ans d'histoire du Parana: des grands espaces vides au capitalisme agraire*, thèse de Doctorat, I.H.E.A.L., Paris III, Sorbonne, 1979, 477 pp.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, Ed. Cebrap, S.P., 1975, 87 pp.
- PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 28, n.º 1, jan./março, 1969, p. 41 a 71.
- PEBAYLE, R. Une typologie de l'innovation rurale au Brésil, *Cahiers d'outre mer*, n.º 18, Bordeaux, oct./dec. 1974.
- SINGER, P. et al. *Capital e trabalho no campo*, S.P., 1977.